

UMA LEITURA DA CHINA EM "CHINESES E JAPONESSES" E O MANDARIM DE EÇA DE QUEIRÓS

José Carvalho Vanzelli (FFLCH-USP)¹

Resumo: No final do século XIX, a China foi figura constante em artigos de jornal e na literatura europeia. A política imperialista europeia na Ásia e a emigração de trabalhadores chineses a diversas partes do mundo ajudaram a desenhar uma caracterização dos filhos do Império do Meio no imaginário europeu. Neste artigo, intencionamos identificar como Eça de Queirós (1845-1900), que nunca esteve na China, mas teve contato com chineses quando viveu em Cuba, caracterizou este povo em seus textos. Para tanto, vamos analisar comparativamente dois textos: um artigo de jornal, intitulado "Chineses e Japoneses" (1894) e a novela *O Mandarim* (1880).

Palavras-chave: orientalismo; emigração chinesa; imperialismo; literatura portuguesa oitocentista.

Eça de Queirós, um dos principais escritores lusitanos, foi também um dos primeiros a dar ao Oriente "matizes originais e significativas na literatura portuguesa oitocentista" (Lima 1999: 149).

Esta região, sem limites geograficamente demarcados, se faz presente em toda a obra de Eça de Queirós. Se pensarmos em sua produção ficcional, encontramos referências ao Oriente desde *O Mistério da Estrada de Sintra* (1871), romance escrito a quatro mãos com Ramalho Ortigão, passando por *O Mandarim* (1880), por *A Relíquia* (1887) até *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900). Ainda, em seus textos jornalísticos, temos inúmeros artigos de política internacional que irão tratar tanto do Oriente próximo, quanto do Extremo-Oriente.

O primeiro contato de Eça com o Oriente aconteceu em 1870, quando viajou ao Egito, Palestina e terras da Alta Síria, sob o pretexto de ver a inauguração do Canal de Suez, a convite de seu futuro cunhado Conde de Resende. Dessa viagem, de aproximadamente três meses, saíram inúmeras notas pessoais que "Eça tencionava publicar a partir das notas do Oriente *Jerusalém e o Cairo*, citado por Ramalho em

¹ Mestrando no programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP com o projeto "Eça de Queirós e o Extremo Oriente". Bacharel em Letras pela mesma instituição. E-mail: jose.vanzelli@usp.br.

carta para Manuel Fernandes Reides de 7-10-1870” (Campos Matos 1988: 219). Partes das notas só vieram a público em 1926 sob o título de *O Egito*, organizado por seu filho José Maria d’Eça de Queiros. As anotações, que correspondem à viagem à Palestina e à Alta Síria, foram publicadas em 1966 e organizadas por sua filha Maria Eça de Queirós.

Ao Extremo Oriente Eça nunca foi, no entanto, entre 1872 e 1874, o romancista exerceu a função de cônsul português em Havana. Na ilha de Cuba encontrou inúmeros chineses que trabalhavam em regime de escravidão nas fazendas de proprietários espanhóis (Berrini 1993: 196). Era responsabilidade da autoridade portuguesa tratar das questões desses trabalhadores, uma vez que eles saíam pelo porto de Macau (Magalhães 2000: 13). Assim, Eça teve contato direto com emigrantes chineses e, conseqüentemente, com a cultura chinesa presente na colônia que se formou na capital das Antilhas Espanholas.

O contato direto com o Oriente se resume a esses dois fatos ocorridos na juventude do romancista. No entanto, é consenso entre a crítica queirosiana que o autor de *Os Maias* foi um homem muito culto. Ele sempre soube se informar dos acontecimentos do mundo e sempre leu sobre diversos temas. Portanto, as imagens que Eça tem sobre as questões e os povos do Oriente são frutos das experiências vividas juntamente com a carga de leitura feita.

Neste trabalho, intencionamos identificar o retrato da China feita por Eça de Queirós a seus leitores, trabalhando comparativamente dois textos, um de caráter jornalístico e outro ficcional. Para tanto, selecionamos “Chineses e Japoneses” (1894) e *O Mandarim* (1880). A escolha de gêneros diferentes se dá pelo fato de querermos verificar se há consonância nas ideias apresentadas nos textos. Apesar de *O Mandarim* ser publicado quatorze anos antes do texto jornalístico, optamos por analisar primeiramente “Chineses e Japoneses”, por se tratar de um Eça já maduro, além da voz expressa no texto ser a voz do autor. Portanto, a partir das reflexões feitas em cima do texto de 1894, pretendemos ler a narrativa de 1880 e, ainda, sempre que julgarmos conveniente, teceremos relações com outros textos da obra queirosiana.

A China em “Chineses e Japoneses”

Ao pensarmos a China nos textos de imprensa de Eça de Queirós, notamos que o mais importante deles é, sem dúvida, o artigo “Chineses e Japoneses”, publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, entre os dias 1 e 6 de dezembro de 1894. Eça, então cônsul português em Paris, assim como correspondente internacional do jornal carioca, usa como pretexto para iniciar seu texto, a guerra entre a China e o Japão pela posse das terras da Coreia. No entanto, seu foco não é falar dos dois povos asiáticos, afinal, como ele mesmo ironicamente diz “para o grande público [...] esta guerra entre as duas nações fortes do Extremo Oriente oferece apenas o interesse divertido de uma pantomima militar, passada numa

região de fantasia” (Queirós 2002: 528). O objetivo de Eça é pensar quais as consequências que essa guerra pode trazer para a Europa e para o Brasil. Portanto, escreve a “um público duplo: europeu e americano” (Grossegeesse 1997: 8).

O escritor português inicia seu texto com um panorama geográfico e histórico da situação dos países envolvidos na guerra. Ao longo dessa contextualização, Eça demonstra, através da sua famosa ironia e de “exageros grotescos de informações enciclopédicas” (Grossegeesse 1997: 9), ter consciência da limitação da visão europeia acerca dos povos orientais. Descreve a Coreia:

O que dele, na Europa, nós melhor conhecemos, por estampas, é a figura dos seus habitantes, homens esguios e graves, de longos bigodes pendentes, que usam o mais extraordinário chapéu (...) muito alto, muito pontiagudo e de abas tão vastas, que sob ele um patriarca pode abrigar toda a sua descendência, os seus móveis e os seus gados (Queirós 2002: 527).

Os chineses como:

Para o Europeu, o Chinês é ainda um ratão amarelo, de olhos oblíquos, de comprido rabicho, com unhas de três polegadas, muito antiquado, muito pueril, cheio de manias caturras, exalando um aroma de sândalo e de ópio, que come vertiginosamente montanhas de arroz com dois pauzinhos e passa a vida por entre lanternas de papel, fazendo vênias (Queirós 2002: 529).

E os japoneses:

E o Japonês é ainda para nós um magricela de crânio rapado, com dois enormes sabres enfiados na cintura, jovial e airado, correndo, abanando o leque, dissipando as horas fúteis pelos *jardins de chá*, recolhendo à casa feita de biombos e crisântemos para se cruzar numa esteira e rasgar o ventre! (Queirós 2002: 529).

Para revelar o pensamento europeu, Eça utiliza ora do pronome “nós” que, de acordo com a análise de Osmar Oliva (2008: 75), “dá ideia de pensamento coletivo (...) e, ao mesmo tempo ironiza o seu próprio discurso”, ora ele se afasta do “europeu mediano” (Queirós 2002: 529), ao utilizar o termo “Para o Europeu”, a fim de tecer sua crítica.

Critica diretamente a política europeia e seu pensamento puramente materialista, defendendo as civilizações chinesa e japonesa como culturas tão respeitáveis quanto à europeia.

Quando uma civilização se abandona toda ao materialismo, e dele tira, como a nossa, todos os seus gozos e todas as suas glórias, tende sempre a julgar civilizações alheias segundo a abundância ou a escassez do progresso material, industrial, e sumptuário! Pequim não tem luz elétrica nas lojas; logo, Pequim deve ser uma cidade inculta. [...]
Milhares, se não milhões de europeus não acreditam ainda, verdadeiramente, que os romanos e os gregos fossem povos civilizados, pois não conheciam a máquina a vapor, nem a máquina de costura, nem o piano, nem outras grandezas do nosso grande tempo (Queirós 2002: 529-530).

Não é a primeira vez que Eça faz esse tipo de crítica ou mostra sua consciência do limite da compreensão europeia. No ano anterior, em 1893, Eça escreve para o mesmo jornal um artigo intitulado “A França e o Sião”, em que trata de um conflito bélico envolvendo a França e o Reino do Sião, atual Tailândia, além de traçar um paralelo entre a política colonialista inglesa e francesa. Neste texto, Eça trata direta e abertamente a questão imperialista:

Sião é um reino do Extremo Oriente, muito rico e, portanto, muito apetecível. Tem um rei bastante curioso, segundo se depreende da sua fotografia, porque da cinta para cima anda vestido à chinesa, e da cinta para baixo à Luís XV! [...] Além do seu rei, Sião possui toda a sorte de riquezas naturais, em plantações e em minas. É portanto um delicioso e proveitoso país para possuir. Ambas [França e Inglaterra], muito naturalmente, se encontram há anos nesses confins do Oriente, lado a lado, com o olho guloso cravado sobre Sião. [...] O animal inconsciente foi posto sobre a Terra para nutrir o animal pensante – e por isso com bois se fazem bifés. Os países orientais são feitos para enriquecer os países ocidentais – e por isso com os Egiptos, os Tunes, os Tonquins, as Cochinchinas, os Siãos (ou Siões?) se fazem para a Inglaterra e para a França boas e pingues colónias. Eu sou civilizado, tu és bárbaro – logo, dá cá primeiramente o teu ouro e depois trabalha para mim (Queirós 2002: 368-369).

Ainda no texto de 1893, desmascara:

Como os povos orientais têm uma religião, uma filosofia, e uma arte, melhores ou tão boas como as dos ocidentais, nós [...] dizemos agora que ser civilizado é possuir muitos navios couraçados e muitos canhões Krupp. Tu não tens canhões, nem couraçados, logo tu és bárbaro. [...] E este, meu Deus, tem sido na realidade o verdadeiro direito internacional, desde Rámses e o velho Egito! Que digo eu? Desde Caim e Abel (Queirós 2002: 369).

Não é possível ler esses trechos de ambos os artigos sem nos remetermos à obra de Edward Said *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. Recordando, em linhas breves, o principal tópico da obra, Said tenta mostrar, através da análise de vários textos literários, como a representação do Oriente na literatura ocidental serviu para legitimar o discurso civilizatório europeu e legitimar o movimento imperialista que operou ao longo dos séculos XIX e XX. A obra de Said data de 1978, ou seja, oitenta e cinco anos depois dos textos de Eça de Queirós. É importante ressaltar a percepção crítica demonstrada pelo autor d’*O Mandarim* em torno das nações subjugadas pelas potências do velho continente, que não só trabalha ironicamente algumas dicotomias como Europa culta/Oriente selvagem ou Ocidente civilizado/Oriente bárbaro, mas também demonstra um olhar de respeito ao “outro”. Ao lermos este texto de 1893, fica evidente uma postura crítica que nem todos em sua época conseguiram ter².

Voltando a tratar de “Chineses e Japoneses”, Eça cita que poucos europeus penetram na China, mas estes poucos que a adentram se mostram surpresos com o que puderam aprender:

[...] tendo ido para ensinar os operários chineses [...] confessam que aprenderam na convivência da burguesia culta e letrada, lições de conduta, de ordem, de respeito filial, de profunda união doméstica, de inteligente economia, de trabalho metódico, de subordinação, de pureza, de zelo moral e de toda a sorte de virtudes íntimas, que garantem melhor a grandeza, estabilidade e ventura de uma nação, do que a mais subtil arte em fabricar obuses e manobrar torpedeiros (Queirós 2002: 532).

No trecho citado, Eça de Queirós destaca a classe letrada chinesa. Ou seja, já notamos, aí, a divisão da sociedade chinesa em, no mínimo, duas classes: uma classe letrada (e nobre) e, em contraposição, uma classe iletrada, ou seja, a classe trabalhadora que Eça conviveu em Havana. Há uma ligação desta elite letrada ao aprendizado. Ou seja, é o estrato social que pode ensinar algo ao europeu. Antônio Coimbra Martins (1967: 151), em seu estudo sobre *O Mandarim*, destaca que a China, no imaginário oitocentista europeu, era representada como “ideal de arte, requinte, fantasia delicada e fino prazer”. Aqui não podemos ligar essa representação, para Orlando Grossegeisse (1997: 11) uma “imagem idealizante” ou “hiper-idealização”, à China como um todo, mas a um grupo social específico. Neste caso, os nobres da elite letrada.

² Para ilustrarmos, citamos o exemplo de Oliveira Martins, historiador, político importante e amigo de Eça que escreve em “Teoria da História Universal” (1884): “Não podemos tampouco supor que o europeu fique diante da civilização chinesa naquela atitude em que ficou outrora o grego bárbaro perante o Egito, pois além de que *nada temos a aprender com a China*, é ela que para a sua defesa adota os nossos navios” (Martins *apud* Ramos, 2001: 67, grifo nosso).

Eça relembra e condena a intervenção militar europeia na China, citando a Guerra do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) (Queirós 2002: 533). Como consequência desta guerra, o então cônsul destaca a ida de chineses à Europa para aprender sua tecnologia. Faz, decorrente disso, uma análise inversa do que havia mostrado até o momento. Em outras palavras, até agora o intelectual português caracterizou como o Europeu mediano enxergava as nações asiáticas. Agora irá simular o pensamento chinês acerca o Europeu, fazendo “uma reflexão em mão dupla” (Oliva 2008: 76):

O Chinês tem pelo Europeu um horror, de instinto e de razão, fisiológico e raciocinado, que está muito bem caracterizado numa página dos *Anais Populares do Império* em que se conta a primeira aparição dos holandeses em Macau, e nas vizinhanças de Cantão. “Estes homens (diz essa amarga narração) pertencem a uma raça selvática que habita regiões escuras e húmidas, e que nunca teve a vantagem de se relacionar e aprender com a China. São criaturas avermelhadas, de olhos azulados e estúpidos, e imensos pés de mais de um côvado. Parecem lamentavelmente ignorantes. E como aspecto exterior nada se pode imaginar de mais exótico e repelente!” Aí está a impressão que os bons flamengos (que nos parecem tão sólidos, são e limpos tipos de homens) fizeram aos Chineses. E os portugueses que nos fins do século XV apareceram nas costas da China, e os ingleses e franceses que vieram depois no rasto das nossas caravelas, não foram mais simpáticos aos filhos do Céu (Queirós 2002: 534).

E, em seguida, traça como a civilização europeia aparenta ser incompreensível ao chinês, tendo como consequência o despertar de um sentimento patriótico e o repúdio ao estrangeiro. A visão do europeu como “diabo estrangeiro” e o sentimento patriótico chinês não são novos em Eça. Em quase todos os textos em que o autor de *A Relíquia* trata da China, esses pontos aparecem. Por exemplo, em um texto publicado no volume 2, número 2 da *Revista de Portugal*, datado de fevereiro de 1890 e com o título de “Notas do Mês”, Eça, ao falar do *ultimatum* inglês, exprime as mesmas ideias:

Nem os nossos progressos industriais, nem a nossa inteligência e ciência, constituem influências bastante fortes para deschinesar o chinês. Pelo contrário! Quanto mais nos conhece – menos respeita uma civilização que se lhe afigura singularmente tumultuosa e estéril [...] As nossas classes operarias e rurais parecem-lhe atrozes: - e os nossos conflitos sociais de capital e trabalho, uma rude e estúpida manifestação de barbárie (Queirós 1995: 60).

Em “A Propósito da Doutrina Monroe e do Nativismo”, publicado em 1896, também na *Gazeta de Notícias*, Eça escreve: “para o Chinês, como todos os moralistas e

poetas afirmam, não há ventura mais certa na Terra do que nascer e ser chinês" (Queirós 2002: 596).

Através dessas diversas citações mostradas, esperamos ter mostrado de maneira clara uma construção dupla da China: uma positiva, ligada à classe letrada, podendo ser lida como "idealizada", como apontou Grossegeisse; e outra onde mostra o chinês averso ao estrangeiro ou, em outras palavras, nativista. No entanto, o texto não se encerra aí. Quando Eça volta ao seu mote inicial, o conflito bélico entre a China e o Japão, o tom muda e a China passa a ser caracterizada de outra forma. Eça já havia dito:

O motivo por que se estão batendo chineses e japoneses não é o que particularmente nos interessa. [...] O que ardentemente nos deve ocupar, a nós europeus e a vós americanos, são as consequências da guerra. [...] A China vitoriosa seria a China readormecida. A China vencida – é a Europa ameaçada (Queirós 2002: 530-531).

A derrota da China levaria a uma inevitável diáspora de seus habitantes a nações da Europa e da América. Eça não retrata mais a China letrada, mas agora começa a falar dos trabalhadores chineses que emigram atrás de trabalho. Também deixa de falar de uma China que povoa o imaginário europeu, e passa a retratar uma China baseada principalmente em sua experiência vivida em Havana. O conhecimento da experiência da utilização de mão de obra chinesa em outras regiões do planeta como os Estados Unidos e a Austrália também será usado pelo escritor para traçar tais características.

Conjeturando a vitória do exército japonês, Eça prenuncia:

Mas virá, todavia, o homem amarelo! Virá muito humildemente, muito pacificamente, em grandes pacotes, com a sua trouxa às costas. Virá, não para assolar, mas para trabalhar. E é essa a invasão perigosa para o nosso velho mundo, a invasão surda e formigueira do trabalhador chinês (Queirós 2002: 541).

Eça usa a experiência da Califórnia para exemplificar o que poderia se tornar a Europa.

A Califórnia mostra [...] o que poderá ser, no nosso populoso continente, uma ilimitada vinda de chineses. Foi em 1852 que chegaram a São Francisco da Califórnia os primeiros cem chineses [...] Dez anos depois eram cem mil. Seriam hoje um milhão, muitos milhões deles, se o estado da Califórnia não os tivesse repellido como uma praga (Queirós 2002: 541).

E caracteriza esses trabalhadores que conheceu em Cuba:

O Chinês não tem necessidades: uma única cabaia de chita ou lã grossa lhe basta para uma existência: um pouco de arroz e dois goles de chá o alimentam. Onde o branco, comilão e vicioso, precisa de ganhar dois mil réis por dia, o Chinês está feliz com três tostões, e acumula (Queirós 2002: 542).

Destaca suas qualidades: “tem admiráveis qualidades de trabalhador – pontualidade, atividade, docilidade, adaptação perfeita a todas as formas de serviços. São superiormente inteligentes e inacreditavelmente sofredores” (Queirós 2002: 542). Esses atributos, também apontados com certo exagero, poderiam preconizar um elogio ao chinês ou à utilização de mão de obra chinesa em território estrangeiro, mas na verdade, o que Eça quer dizer é que todas essas qualidades, na verdade, se tornam um grande problema às nações europeias. Eça destaca os problemas econômicos que um trabalhador assim causa: “Um imigrante com estas capacidades é terrível, sobretudo em países industriais, porque altera profundamente a balança dos salários” (Queirós 2002: 543).

Ou seja, a emigração dos trabalhadores chineses causa um grande desequilíbrio econômico às nações que o recebem. Por causa desse problema, os chineses foram expulsos da Califórnia, de acordo com o romancista português (2002: 543).

Eça insiste na instabilidade econômica causada pelos orientais por mais alguns parágrafos até que profetiza o caos em que o continente europeu se tornaria. Para concluir seu raciocínio, dirige-se irônica e diretamente ao público brasileiro. Citamos:

Vós, amigos, aí no Brasil, parece que os desejais, para vos plantar e vos colher o café. Sereis inundados, submergidos. Virão cem, virão logo cem mil. Daqui a dez anos em São Paulo e no Rio tereis vastos bairros chineses, com tabuletas sarapintadas de vermelho e negro, fios de lanternas de papel, covis empestados de ópio, toda a sorte de associações secretas, uma força imensa crescendo na sombra, e cabaias e rabichos, sem cessar fervilhando. Mas tereis cozinheiros chineses, engomadores chineses – e sabeis enfim o que é uma sopa superlativamente sublime e um peitilho lustroso e digno dos deuses. Todas as outras colônias, portuguesa, italiana, alemã, serão insensível e subtilmente empurradas para as suas pátrias de origem – e o Brasil todo, em vinte anos, será uma China (Queirós 2002: 545).

Neste trecho final, o autor português não fala mais de problemas econômicos. Eça aponta agora outro problema: o problema cultural. Ao prever “vastos bairros chineses”, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e ao prever “O Brasil todo, em vinte anos, será uma China”, Eça destaca a reclusão do trabalhador em sua colônia. Parece dizer que o chinês também não integra o país para onde emigra e dele nada aprende. Ainda, ao proferir que os imigrantes chineses expulsam imigrantes de outros países

defende a ideia da impossibilidade de convívio entre europeus e chineses. Portanto, trazer trabalhadores chineses é transformar, aos poucos, o país em uma segunda China. Eça parece não crer em uma relação harmônica entre os trabalhadores do Império do Meio e os habitantes do país que os recebe.

No já citado texto “A Propósito da Doutrina Monroe e do Nativismo”, a mesma ideia será defendida. Lá Eça diz: “para onde quer que emigre (agora que emigra) o Chinês instala uma pequena China, onde vive de uma existência só chinesa, tendo já ao lado um esquife chinês para que apenas morto, o reconduzam dentro dele à grande China” (Queirós 2002: 596).

Com a abolição da escravatura no Brasil em 1888, foi largamente discutida a entrada de trabalhadores chineses no Brasil para suprir a mão de obra. Intelectuais e governantes discutiram calorosamente essa possibilidade ao longo da década de 90 do século XIX. Logo, vemos que o verdadeiro objetivo de Eça é alertar seu público brasileiro e europeu do que julga serem as consequências da introdução de mão de obra chinesa na lavoura brasileira.

No entanto, ao olharmos de um modo geral o texto, podemos identificar três aspectos que Eça escreve como representantes do Império do Meio: 1) uma imagem positiva, presente no imaginário oitocentista europeu que mostra a China – ligada à classe letrada – enquanto uma civilização que pode ensinar aos Europeus, mas ignorada e subjugada por estes; 2) o chinês nativista – que aparece sem distinção de classe; e 3) uma imagem negativa – representada pelos emigrantes – que mostra os chineses como causas de problemas econômicos e culturais nos países ocidentais. No entanto, essas questões não se encerram em identificar um olhar positivo ou negativo da China por parte de Eça. Acreditamos que a questão é mais complexa. Entendemos, através dessas caracterizações feitas, que o ponto central do texto está no aprendizado. E, sob esse ponto de vista, tanto a Europa, metonímia do Ocidente, quanto a China, representação do Oriente são criticadas. Se, por um lado, Eça critica os Europeus que não adentram a China e a julgam pela “população iletrada e grosseira que se emprega nos misteres inferiores de barqueiro, carregador, criado moço de fretes, vendedores ambulantes, etc.” (Queirós 2002: 531), por outro também critica os chineses que emigram, mas se fecham em colônias, aceitam trabalhar em condições desumanas e, assim, causam problemas de ordem econômica e cultural nos países que os acolhem.

Os textos que citamos são da década de 90. No entanto, essas ideias não são novas para Eça. Em 1880, quando publica *O Mandarim* no *Diário de Portugal*, essas representações já estavam presentes. É isso que tentaremos mostrar, a partir de agora.

A China em *O Mandarim*

Parece ser consenso entre os críticos queirosianos que a China pintada em *O Mandarim* é fruto de uma junção entre as leituras feitas pelo autor³ e o discurso imperialista que Eça tantas vezes ouviu em seu tempo e criticou. Portanto, não é um retrato real da China e não teria como o ser, uma vez que o autor nunca a visitou e seu contato com o povo chinês, a se excetuar a experiência vivida em Cuba, se limitou à leitura e, conseqüentemente, à imaginação.

Também parece ser uníssona a voz dos críticos quando separam a voz do autor da voz do narrador: realmente, nos parece ser um grande equívoco relacionar a descrição da China de Teodoro como sendo a visão de Eça. No entanto, notamos que mesmo na voz de Teodoro, a China é apresentada em dois planos, como em seus textos jornalísticos: existe uma China “*fantaisiste et fantastique*” (Queirós 1992: 197), a qual normalmente se associa a experiência de leitura do escritor; e uma China traçada com tons pejorativos – que inclui a Pequim para além dos Muros da Cidade Tártara e a vila de Tien-Hó – associada à experiência do autor com trabalhadores chineses em Cuba.

Ainda, a crítica costuma destacar que Teodoro nunca adentra realmente a China. Isso nos parece, também, fato incontestável. Em “Chineses e Japoneses”, Eça diz dos habitantes estrangeiros de Pequim: “formando o pessoal das legações, não penetram na sociedade chinesa, vivem enclausurados dentro dos muros das ‘residência’, [...] e só se familiarizam com os aspectos externos, ruas, lojas, frontarias de templos e perpassar das multidões” (Queirós 2002: 532). Não é exatamente isso que se passa com Teodoro, residente estrangeiro, mesmo que temporário, em Pequim? O próprio protagonista admite, ao final de sua aventura: “Eu não compreendia a língua, nem os costumes, nem os ritos, nem as leis, nem os sábios daquela raça” (Queirós 1992: 175). Teodoro se hospeda na embaixada russa⁴ onde vive com o general Carmiloff e a generala Vladimira, sua amante. Quando vai conhecer Pequim com seu guia Sá-Tó, Teodoro enxerga Pequim, dividida entre a Cidade Tártara e a Cidade Chinesa, da seguinte maneira:

A habitação de Camilloff ficava na Cidade Tártara, nos bairros militares e nobres. Há aqui uma tranquilidade austera. As ruas assemelham-se a largos caminhos de aldeia sulcados pelas rodas dos carros; e quase sempre se caminha ao comprido de um muro, donde saem ramos horizontais de sicômoros.

Por vezes uma carreta passa rapidamente, ao trote de um pônei mongol, com altas rodas cravejadas de pregos dourados; tudo nela oscila: o toldo, as cortinas pendentes de seda, os ramos de plumas aos

³ Cf. a Introdução da Edição Crítica de *O Mandarim* (1992) organizada por Beatriz Berrini.

⁴ Aqui, podemos conjecturar que a escolha da embaixada russa como lar de Teodoro na China não foi por acaso. A Rússia, geograficamente, é a ligação entre a Europa e a Ásia. Aqui também a delegação russa aparece como “ponte” entre Teodoro e a China.

ângulos; e dentro entrevê-se alguma linda dama chinesa, coberta de brocados claros, a cabeça toda cheia de flores, fazendo girar nos pulsos dois aros de prata, com um ar de tédio cerimonioso. [...] A cada momento parávamos a olhar as lojas ricas, com as suas tabuletas verticais de letras douradas sobre fundo escarlate: os fregueses, num silêncio de igreja, subtis como sombras, vão examinando as preciosidades – porcelanas da Dinastia Ming, bronzes, esmaltes, marfins, sedas, armas marchetadas, os leques maravilhosos de Swat-Ton: por vezes, uma fresca rapariga de olho oblíquo, túnica azul, e papoulas de papel nas tranças, desdobra algum raro brocado diante de um grosso chinês que o contempla beatamente, com os dedos cruzados na pança: ao fundo o mercador, aparatoso e imóvel, escreve com um pincel sobre longas tabuinhas de sândalo: e um perfume adocicado, que sai das coisas, perturba e entristece...

Eis aqui a muralha que cerca a Cidade Interdita, morada santa do imperador! Moços nobres vêm descendo do terraço de um templo onde se estiveram adestrando à frecha. Sá-Tó disse-me os seus nomes: eram da guarda selecta, que nas cerimónias escolta o guarda-sol de seda amarela, com o dragão bordado, que é o emblema sagrado do imperador. Todos eles cumprimentaram profundamente um velho que ia passando, de barbas venerandas, com o casabeque amarelo que é o privilégio do ancião; vinha falando só, e trazia na mão uma vara sobre que pousavam cotovias domesticadas... Era um príncipe do Império (Queirós 1992: 143-145).

A descrição da cidade vem ao encontro com o “ideal de arte, requinte, fantasia delicada e fino prazer” (Martins 1967: 151) que citamos anteriormente. A Cidade Tártara é traçada através de aspectos positivos que vem ao encontro com o imaginário europeu, onde impera a serenidade, os cerimoniais, a obediência e as tradições.

Esta última referência, tiramos do episódio onde Teodoro, a fim de se “misturar à vida de Pequim” (Queirós 1992: 139) e realizar seu plano de espantar o fantasma do mandarim Ti-Chin-Fú, decide se vestir à chinesa. Quando veste com sua “túnica de brocado azul-escuro abotoada ao lado, com o peitilho ricamente bordado de dragões e flores de ouro” (Queirós 1992: 139) já sente “ideias, instintos chineses: - o amor dos cerimoniais, o respeito burocrático das fórmulas, uma ponta de cepticismo letrado; e também um abjecto terror do Imperador, o ódio dos estrangeiros, o culto dos antepassados, o fanatismo da tradição, o gosto das coisas açucaradas...” (Queirós 1992: 141).

Ora, o que Eça de Queirós está traçando aqui, nada mais é que o estereótipo chinês para o europeu mediano, que já identificamos em seus textos jornalísticos.

Até esse momento a China é tratada de uma forma decorativa (Grossegese 2000: 772). Verificamos isso em diversos momentos da narrativa. Além do episódio

da vestimenta supracitado, isto ocorre também no episódio do encontro dos amantes, generala Vladimira (também vestida de chinesa, com flores de pessegueiro nos cabelos) e Teodoro. Há, ainda, a ironia dos caracteres chineses escritos em um quadro de cetim preto com as sentenças do Livro Sagrado de Li-Nun, a respeito dos deveres das esposas (Queirós 1992: 157), localizado em cima de onde os amantes se encontram. Ou seja, a China é apenas exterior. Eles se vestem à chinesa, mas não entendem a China e nem tentam entendê-la. A China, até esse momento para Teodoro, corresponde à imagem que tinha construído através de suas leituras, uma vez que quando viaja à Pequim, vai com uma carga de leitura e uma imagem pré-definida: “li todos os jornais de Hong-Kong e de Xangai, velei a noite sobre histórias de viagens, consultei sábios missionários: – e artigos, homens, livros” (Queirós 1992: 127). Em suma, esta China é a do imaginário europeu.

Mas, como sabemos, Teodoro, quer em seu passeio por Pequim, quando sai dos Muros da cidade Tártara e vai aos outros bairros, quer em sua rápida estada na vila de Tien-Hó, encontra uma outra China. Alguns críticos tratam-na como “a verdadeira China”. Aqui, preferimos trabalhar como uma segunda representação do Império do Meio. Esta segunda imagem, contrasta com a primeira, pois agora abundam as caracterizações negativas. A Cidade Chinesa é vista como:

E lá fomos penetrando na Cidade Chinesa, pela porta monstruosa de Tchín-Men. Aqui habita a burguesia, o mercador, a população. As ruas alinham-se como uma pauta; e no solo vetusto e lamacento, feito da imundície de gerações recalcada desde séculos [...]

Dos dois lados são – ora terrenos vagos onde uivam manadas de cães famintos, ora filas de casebres fuscas, ora pobres lojas com as suas tabuletas esguias e sarapintadas, balouçando-se de uma haste de ferro. [...] Uma multidão rumorosa e espessa, onde domina o tom pardo e azulado dos trajes, circula sem cessar; a poeira envolve tudo de uma névoa amarelada; um fedor acre exala-se dos enxurros negros; [...]

Ao passar junto ao Templo do Céu, vejo apinhada num largo uma legião de mendigos; tinham por vestuário um tijolo preso à cinta num cordel; as mulheres, com os cabelos entremeados de velhas flores de papel, roíam ossos tranquilamente; e cadáveres de crianças apodreciam ao lado, sob o voo dos moscardos. Adiante topámos com uma jaula de traves, onde um condenado estendia, através das grades, as mãos descarnadas, à esmola... Depois Sá-Tó mostrou-me respeitosamente uma praça estreita: aí, sobre pilares de pedra, pousavam pequenas gaiolas contendo cabeças de decapitados: e gota a gota ia pingando delas um sangue espesso e negro... (Queirós 1992: 145-147).

Assim como em “Chineses e Japoneses”, onde nós identificamos a construção da China do imaginário intelectual europeu com a classe letrada em contraste com a China emigrante, que se mostrava fechada e impenetrável, aqui também há uma

separação clara: a cidade Tártara (bairro dos letrados), que concentra a tranquilidade, os jardins e a serenidade; e a cidade Chinesa (bairro da população trabalhadora), que se apresenta aos olhos europeus como um lugar “bárbaro” (Queirós 1992: 147), sujo e podre. Quando sai à procura da família do mandarim assassinado e vai à vila de Tien-Hó, a descrição feita por Teodoro é ainda pior. Narra a pequena vila da seguinte maneira:

Antes que escurecesse fui ver com Sá-Tó a vila: mas bem depressa fugi ao fedor abominável das vielas: tudo se me afigurou ser negro – os casebres, o chão barrento, os enxurros, os cães famintos, a população abjecta... Recolhi ao albergue – onde arrieiros mongóis e crianças piolhosas me miravam com assombro (Queirós 1992: 163).

Aqui, em suma, vemos a China habitada pela população não letrada através de características negativas. Essa imagem dialoga com a construção da colônia chinesa de emigrantes descritas por Eça de Queirós em um relatório enviado às autoridades portuguesa em 1874, pouco após ter deixado seu posto em Cuba. Nesse texto, que só veio a público em 1979 sob o título de *A Emigração como Força Civilizadora*, Eça diz:

É necessário vê-lo, em grupos, nos seus bairros para se compreender a hostilidade universal. Uma colônia china suja, mancha, desmoraliza uma cidade. Os casebres imundos em que vivem em aglomerações de 800 e 1000, na promiscuidade e no deboche, a sua sociedade sem mulheres, o seu traje sórdido, a sua fisionomia lívida viscosa e astuta, o seu ar desconfiado e avaro, a sua língua áspera e inacessível, tudo provoca, nas nossas ideias cultas e refinadas, um retraimento geral (Queirós 2000: 2081).

A Emigração como Força Civilizadora possui, como podemos perceber, um discurso eurocêntrico muito forte. Mas quanto a este ponto devemos lembrar que quem escreve esse texto é um Eça de Queirós que está em formação intelectual, que ainda não havia publicado nenhum romance⁵. Ao lermos, por exemplo, “Chineses e Japoneses” ou *O Mandarim* percebemos que Eça galhofa desse discurso eurocêntrico e se foca em outras questões. Mas, o que nos interessa aqui é o fato de a descrição da China fora dos muros da cidade Tártara ser representada, na verdade, como uma colônia chinesa no estrangeiro.

O “ódio ao estrangeiro” que destacamos na análise de “Chineses e Japoneses” também está presente em *O Mandarim*. Na cena do ataque dos moradores de Tien-Hó ao “diabo estrangeiro”, descrita no capítulo VI, temos os olhares “com assombro” (Queirós 1992: 163) da população e as investidas contra o albergue onde dormem

⁵ A primeira versão de *O Crime do Padre Amaro* data de 1875.

Teodoro e Sá-Tó. Vemos, mais uma vez, a incapacidade de convívio entre os chineses e os estrangeiros. Há uma incompreensão mútua. Teodoro não compreende a China, os moradores da vila também não o compreendem. A consequência disso é o conflito.

O único local onde Teodoro parece estar seguro é dentro da residência da embaixada russa, na Cidade Tártara. Ou seja, uma habitação europeia em um bairro nobre que é desenhado como a China da “fina arte”. Ao adentrar o interior da China, Teodoro é violentamente expulso e só encontra paz novamente no convento de Lazaristas, outro prédio europeu onde a influência chinesa se limita, mais uma vez, às idealizações, como o padre Giulio, que é descrito como quase um sábio mandarim:

O superior lazarista era o excelente padre Giulio. A longa permanência entre as raças amarelas tornara-o quase um chinês: quando eu o encontrava no claustro com a sua túnica roxa, o rabicho longo, a barba venerável, agitando devagar um enorme leque – parecia-me algum sábio letrado mandarim comentando mentalmente, na paz de um templo, o Livro Sacro de Chu. Era um santo: mas o cheiro de alho que exalava – afastaria as almas mais doloridas e precisadas de consolação (Queirós 1992: 173).

Portanto, aqui também Eça parece não acreditar em uma convivência harmônica entre europeus e chineses ou, nas palavras que ele mesmo proferiu em seu relatório de 1874, “a heterogenia das raças não comporta fusão” (Queirós 2000: 2082).

Logo, ao confrontarmos os textos, verificamos que Eça trata de maneiras contrárias ideias semelhantes. Se em “Chineses e Japoneses” o escritor destaca as fechadas colônias chinesas que se formam nos lugares em que os filhos do Império do Meio emigram, em *O Mandarim*, vemos o processo oposto: colônias europeias que se formam em território chinês que, igualmente, não o penetram e, aparentemente, nem tentam penetrar. A Europa e China são, no fundo, representadas de jeitos similares. A grande crítica de Eça parece se encerrar na falta de interesse mútuo, em que o chinês vai à Europa ou a outros lugares do mundo apenas atrás de trabalho e se tranca em suas colônias, enquanto o europeu vai à China, mas, dela, só quer o dinheiro⁶. Nem os chineses tentam aprender nada com a Europa, nem os europeus com a China. A crítica de Eça mais profunda parece, então, não ser somente à limitação da visão do europeu mediano, representado por Teodoro em *O Mandarim* ou nas ironias apresentadas em “Chineses e Japoneses”. Tampouco é uma crítica só ao povo chinês que espanta o estrangeiro quando emigra, causando problemas econômicos e atritos culturais. A crítica parece ser a ambos, Europa e China, ou seja, Ocidente e Oriente, que convivem, mas não interagem, não se interessam um pela

⁶ A partir dessa percepção, é possível desenvolver uma leitura de *O Mandarim* enquanto crítica ao imperialismo europeu. No entanto, pela extensão que esse trabalho tomaria não a faremos mais profundamente.

outro e, portanto, nada aprendem. A partir dessa percepção, podemos compreender a condenação tanto à emigração asiática exposta no texto de imprensa quanto à política capitalista do velho continente. Parece-nos que o que o escritor quer dizer é que se for para conviver dessa maneira, é melhor aos chineses ficarem na China e os europeus restarem na Europa.

AN INTERPRETATION OF CHINA: “CHINESES E JAPONESES” AND O MANDARIM BY EÇA DE QUEIRÓS

Abstract: At the end of nineteenth century, China was constant subject of newspaper articles and was constantly seen in European literature. The European imperialist policy in Asia and the emigration of Chinese laborers to various parts of the world helped design a image of the Chinese people in the European imagination. In this article we intend to identify the way that Eça de Queirós (1845-1900), who had never been to China, but had contact with the Chinese when he lived in Cuba, characterized that people in his texts. In order to do that, we comparatively analyze two texts: a newspaper article entitled "Chineses e Japoneses" (1894) and the novel *O Mandarim* (1880).

Keywords: orientalism; Chinese emigration; imperialism; nineteenth century Portuguese literature.

REFERÊNCIAS

BERRINI, Beatriz. A China na Vida e na Obra. In: CAMPOS MATOS, A. *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2 ed. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 193-200.

_____. Introdução. In: QUEIRÓS, Eça de. *O Mandarim*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 15-69.

CAMPOS MATOS, A. *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 1988.

GROSSEGESSE, Orlando. O fantasma do chinês deschinesado. In: QUEIRÓS, Eça de. *Chineses e Japoneses*. Lisboa: Fundação Oriente, 1997, pp. 7-26.

_____. Das Leituras do Oriente à Aventura da Escrita. A Propósito de “O Mandarim” e “A Relíquia”. In: *Eça de Queiroz. Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, pp. 767-780.

LIMA, Isabel Pires. O Orientalismo na Literatura Portuguesa. (Séculos XIX e XX). In: *O Orientalismo em Portugal*. Porto: Edifício da Alfândega, pp. 145-160, 1999.

MAGALHÃES, José Calvet de. Eça de Queirós, cônsul e escritor. In: *Revista Camões*, Lisboa: no. 9-10, 2000, pp. 8-22.

MARTINS, Antônio Coimbra. O Mandarim Assassinado. In: *Ensaio Queirosianos*. Lisboa: Europa-America, 1967, pp. 10-266.

OLIVA, Osmar Pereira. Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Eça de Queirós e a imigração chinesa - qual medo? In: *Revista da ANPOLL*, n. 24, v. 2. Brasília: UnB, 2008, pp. 65-84.

QUEIRÓS, Eça de. *O Mandarim*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

_____. Notas do mês. In: SANTANA, Maria Helena (org.) *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, pp. 55-61.

_____. A Emigração como Força Civilizadora. In: BERRINI, B. (org.) *Eça de Queiroz Obra Completa*. Vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000 pp. 1999-2084.

_____. 13 de Agosto de 1893. In: MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma (org) *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, pp. 365-370.

_____. Chineses e Japoneses. In: MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma (org.) *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, pp. 527-546.

_____. A Propósito da Doutrina Monroe e do Nativismo. In: MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma (org.) *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, pp. 585-605.

RAMOS, Manuela Delgado Leão. *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

ARTIGO RECEBIDO EM 31/08/2012 E APROVADO EM 03/10/2012.